

As Mídias Sociais e as Novas Formas de Construção e Disseminação do Preconceito Linguístico

The social media and new way of construction and dissemination of linguistic prejudice

Camila Vescovi¹
Roziane Keila Grandó²

RESUMO: As mídias sociais têm servido para disseminar variados pontos de vista. Entre elas está o YouTube, em cuja circulação de conteúdo chama atenção o canal “Não seja burro”, de autoria de Marcela Tavares. A discussão em tela busca compreender em que medida Marcela Tavares, em seu canal do YouTube, especialmente a edição nove, veiculada no ano de 2017, contribui para a circulação do preconceito linguístico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter interpretativista, cujo embasamento teórico ancora-se na perspectiva da educação linguística, tais como em Bagno (2015), Bortoni-Ricardo(2004), Antunes (2003), Possenti (1996), bem como em Jenkins (2015) e Castells (2003) em se tratando da influência da mídia nas práticas sociais contemporâneas. A partir da análise é possível perceber que a youtuber leva os internautas a crer em uma visão de língua homogênea, pois a intolerância contida no discurso da personagem, criada por Marcela Tavares, possibilita observar dois movimentos: uma abordagem temática dos conteúdos apresentados, na tentativa de contribuir com a formação normativista do espectador, ao mesmo tempo em que ocorre a tentativa de alcançar um discurso purista sobre a língua. Portanto, o preconceito incorpora-se nos discursos que circulam nessas mídias, contribuindo para a manutenção de estigmas sociais.

Palavras-chave: Preconceito linguístico; Mídias sociais; Marcela Tavares; Ensino da língua materna.

ABSTRACT: Social media has served to disseminate various points of view. Among them is YouTube, whose circulation of content draws attention to the channel “Don't be dumb” by Marcela Tavares. The on-screen discussion seeks to understand to what extent Marcela Tavares, in her YouTube channel, especially the edition nine, aired in the year 2017, contributes to the circulation of linguistic prejudice. This is a qualitative research, interpretative research, whose theoretical basis is anchored in the perspective of linguistic education, such as in Bagno (2015), Bortoni- Ricardo (2004), Antunes (2003), Possenti (1996), as well as in Jenkins (2015) and Castells (2003) on the influence of the media on contemporary social practices. From the analysis, it is possible to notice that youtuber leads internet users to believe in a homogeneous vision of language, because the intolerance contained in the character's discourse, created by Marcela Tavares, makes it possible to observe two movements: a thematic approach to the contents presented, in an attempt to contribute to the normativist formation of the viewer, at the same time as the attempt to achieve a purist discourse on language occurs. Therefore, prejudice is incorporated in the discourses that circulate in these media, contributing to the maintenance of social stigmas.

Keywords: Linguistic prejudice; Social media; Marcela Tavares; Mother tongue teaching.

Introdução

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Pato Branco (FADEP) e Graduada em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Especialista em Alfabetização e Letramento pela Universidade ESAP. Cursa especialização em Literatura Infantil e Gestão Escolar pela Universidade UNINA. E-mail: kmilla_vescovi@hotmail.com.

² Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Atualmente é professora substituta do Curso de Letras Português e Literatura Portuguesa da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: kekegrando@yahoo.com.br.

A popularização da internet e o uso das tecnologias de comunicação, como celulares e computadores, cada vez mais práticos e adaptados à vida das pessoas, também respalda uma cultura participativa que nos deixou diante de uma mudança nas relações entre pessoas e a rede digital. Parte dessas transformações são produtos de uma sociedade acompanhada da globalização, das mudanças tecnológicas que ofereceram novas reflexões ao pensamento filosófico sobre como viver, alterando muitas bases sociais na produção cultural, nas artes, nas comunicações e no convívio em sociedade, ficando conhecida como pós-moderna (ANDERSON, 1999).

Nesse contexto social o pós-modernismo criou um sujeito dinâmico, múltiplo e que constantemente vai sendo construído, conforme as relações que se estabelecem com as culturas existentes. Em tempos de internet e acesso fácil, rápido e prático às informações, essas transformações pós-modernas abrem espaço para que os sujeitos se utilizem do meio digital como ferramenta para construção de discursos simbólicos e representativos, conforme a demanda cultural de determinados grupos, fenômeno denominado, por Jenkins (2016), de cultura participativa.

Além disso, cabe enfatizar que a *internet* e o espaço digital ofereceram ao público uma participação e interação em diferentes esferas da comunicação midiática, onde as informações são facilmente criadas, editadas e distribuídas pelas plataformas *self-broadcast* de forma barata e rápida entre os usuários (CAMARGO *et. al.*, 2017). Vale destacar que o termo *youtuber* é uma designação popular para os criadores de conteúdos que se “profissionalizaram” com o uso desse espaço para a formação de opiniões, disseminação de conteúdos e aperfeiçoamento dessa cultura alternativa.

Esse mesmo espaço de interação reabriu a discussão sobre a linguística, já que, “a escrita no ambiente digital, mais do que a oralidade na interação face a face, torna-se um mecanismo de auto exposição dos usuários, ocasionando juízos de valor sobre usos “certos” e “errados” da língua” (BEZERRA; PIMENTEL, 2016, p. 732), caracterizando, como no caso destes vídeos da Marcela Tavares, o preconceito linguístico. Mas o que é, afinal, preconceito linguístico? E de que forma as mídias sociais contribuem para que ocorra esse preconceito?

Para analisar como se constrói o preconceito linguístico, relacionamos alguns mitos que revelam o comportamento preconceituoso de certos segmentos letrados da sociedade frente às variantes no uso da língua, a partir da leitura de Bagno, em seu

livro “Preconceito Linguístico” (2015). Depois buscaremos analisar um caso de uso de mídias sociais que colabora para a situação de preconceito e discriminação, decorrente do uso da língua, através do canal “Não seja burro”, de Marcela Tavares³, que se tornou destaque nas redes sociais. E, para este trabalho, escolhemos como escopo a sequência “Não seja burro”, especialmente a edição nove, em que se faz presente a problematização sobre preconceito linguístico.

Logo, a discussão sobre como esses discursos circulam e contribuem com a disseminação do preconceito linguístico pode auxiliar na compreensão dos espectadores, principalmente se os vídeos forem objeto de discussão e reflexão nas aulas de língua materna. Assim, por meio de uma pesquisa qualitativa, de caráter interpretativista, conforme proposto por Bortoni-Ricardo (2008), analisamos a versão “9” do canal “Não seja burro”, de Marcela Tavares, sob o olhar da Educação linguística, relacionando as práticas sociais e os significados que delas surgem.

No próximo item, discutiremos o preconceito linguístico e a relação com o ensino de língua; na sequência, trataremos da mídia como forma de influência social; depois, relacionaremos o preconceito linguístico aos mitos em torno do “certo e errado”. Por fim, trataremos a análise do vídeo 9, do canal “Não seja burro”, de Marcela Tavares, explorando como a *Youtuber*, ao discutir questões normativas de língua, acaba construindo um discurso preconceituoso sobre os usos da língua.

O preconceito linguístico e a relação com o ensino de língua materna

A sociolinguística se estabeleceu como uma área de estudos e investigação sobre os fenômenos linguísticos e como se relacionam com o contexto social e cultural dentro de uma comunidade. A teoria sociolinguística surge na década de 1960, como uma espécie de antítese às teorias estruturalistas, tendo como objeto de estudo a diversidade e as variações linguísticas, passíveis de serem verificadas, descritas e observadas em seu contexto social (MOLLICA; BRAGA, 2003).

³ Marcela se tornou influenciadora digital e atriz, criando conteúdos educativos e, ao mesmo tempo, engraçados, que influencia os internautas pelos vídeos que tratam de temas variados da língua portuguesa. Até o momento, ela já está entre uma das *youtubers* mais populares, com aproximadamente 27 milhões de visualizações, e vem apontando na carreira com shows de *stand-up*. Fonte: PORTAL R7. Fenômeno nas redes sociais, Marcela Tavares já faz planos para o futuro: “Namorar o Cauã Reymond”. Diversão R7, São Paulo, 17 set. 2016. Disponível em: <<https://diversao.r7.com/pop/fenomeno-nas-redes-sociais-marcela-tavares-ja-faz-planos-para-o-futuro-namorar-o-caua-reymond-10072017>>. Acesso em: 11 de set. 2018.

Apesar das transformações e reformas que o sistema educacional brasileiro vem sofrendo, as mudanças gradativas na aplicação e no desenvolvimento das práticas do ensino da língua materna enfrentam algumas questões pontuais no processo de aprendizagem. Segundo Dias (1996), isso ocorre porque a escola não reconhece a diversidade linguística e trata a língua materna como homogênea, centrando seus esforços apenas à propagação da língua prestigiada pela tradição gramatical, tratando a variedade linguística como “formas incorretas”, como “erros” e “desvios”. Em outras palavras, a escola cria uma hierarquia linguística, considerando a norma padrão-culta como uma forma superior a todas as outras variedades e formas de manifestar a linguagem (DIAS, 1996, p.19).

O exercício reflexivo proposto pelos pressupostos da Sociolinguística está disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa, em que sugere ao aluno uma participação crítica e reflexiva diante das possibilidades e as variações linguísticas dentro de um mesmo idioma. Porém, quando a variação linguística é deixada de lado, relegada ao segundo plano e desprezada, torna-se parte da noção de erro linguístico, já que é vista como dissonante da norma padrão. Para isso, Reis *et. al* (2011) discorrem sobre o ensino da variedade linguística, afirmando que:

É preciso ir além das regras gramaticais: o aluno deve ser capaz de um processo reflexivo. Ao compreender a necessidade de aquisição do padrão mais formal tanto na oralidade quanto na escrita, é preciso que o educando seja capaz também de compreender que todas as variantes linguísticas são legítimas, próprias da história e da cultura de um povo. Para essa compreensão, o contato com as formas variantes e a identificação de seus diversos contextos será um bom ponto de partida (REIS, *et. al*. 2011, p.11).

Se o falante nativo de uma língua é considerado um sujeito competente dessa língua, sendo capaz de compreender a gramática correta e a infração da norma gramatical de qualquer enunciado, podendo classificar esse enunciado como parte do funcionamento da língua, significa que a comunicação estabelecida está apta de acordo com o funcionamento da língua. Ou seja, se considerarmos essa reflexão à interpretação de Bagno (2015), conforme explica Silva (2011, p. 110), temos a compreensão de que “nenhum falante nativo comete o erro de falar a própria língua materna, assim como ninguém comete erros em andar ou respirar”.

Outro documento oficial que alerta para a necessidade de considerar a variação linguística na prática de ensino de língua é a Base Nacional Comum Curricular⁴, ao lembrar que

[...] se, por um lado, as linguagens aproximam e podem constituir as formas de interação e a identidade cultural de grupos sociais, por outro lado, **podem gerar discriminação e conflitos**, decorrentes de percepções e representações sobre a realidade. Tendo em vista **o caráter diverso, dinâmico e contraditório das práticas de linguagem**, a atuação confiante dos sujeitos nessas práticas demanda oportunidades de **participar delas, conhecer como se estruturam e compreender como interagem na construção de identidades, pertencimentos, valores, e da vida pessoal e coletiva**. (BRASIL, 2016, p.86, grifo nosso).

Isso nos permite dizer que o documento ressalta o caráter diverso e dinâmico da língua, compreende-a como uma prática social, ao abordá-la a partir de seu uso e sua valoração para a construção das identidades linguísticas. A esse respeito, Bortoni-Ricardo (2004) faz um alerta para um cenário de piora na compreensão textual linguística, dando indicativos para a necessidade de se estudar o comportamento linguístico como um anunciador das classes sociais, afirmando que os diferentes grupos sociais fazem a apropriação da língua e a manifestam de diferentes formas. É necessário que o educador contemple ao ensino da língua materna as reflexões sobre a língua como um processo histórico de transformação, bem como um bem cultural, sem limitar-se às fronteiras do padrão linguístico. Ignorar toda a diversidade linguística, como a cultura própria do aluno, é desenvolver o preconceito linguístico no próprio ambiente de aprendizagem, podendo assim “decretar a morte da escola” (BRANDÃO, 2017, p. 07).

Bagno (2015) argumenta nessa mesma linha, com base em uma visão heterogênea de língua, provando como muitos mitos são perpetuados por gramáticos e que envolvem uma visão diferente de conhecimento sobre o que vem sendo estudado pela linguística desde o final do século XIX e início do XX. Entre os mitos que o autor desconstrói ao longo do seu trabalho, há a demonstração de que a língua portuguesa falada no Brasil não é uniforme e homogênea como disposta pela gramática normativa. Uma das principais colaborações é desmistificar os ditames populares que o “Brasileiro não sabe português”, e que “Só em Portugal se fala bem

⁴ A BNCC visa orientar os sistemas na elaboração das propostas curriculares (BRASIL, 2016).

português”. Será que realmente o Brasileiro que não sabe falar ou é por que a compreensão da linguística está inerente ao entendimento gramatical?

A língua portuguesa, de acordo com a matéria “O português na opinião de quem vem de fora”, publicada em 2012, pelo jornal Gazeta do Povo, é um idioma complexo e o tempo de domínio da linguagem varia de falante para falante quando se trata de um não nativo aprendê-lo. Mas quando nos referimos aos próprios falantes nativos da língua portuguesa, Bagno (2015) desconstrói alguns dos ditames populares sobre a linguagem, em que “o certo é falar assim porque se escreve assim” ou de que “é preciso saber gramática para falar e escrever bem”; entre outros (BAGNO, 2015). Fica evidente que esse tipo de jargão popular cai no entendimento de que a gramática define a linguagem, reafirmando os preconceitos linguísticos e desconsiderando toda a variedade linguística existente no Brasil.

Bagno (2015) menciona que o preconceito linguístico entra na gama do preconceito social, visto como uma atitude em que alguém faz um pré-julgamento da forma de usar a língua do outro, seja na fala, seja na escrita. Nessa conduta ocorre o preconceito, uma vez que o falante julgador se acha superior linguisticamente ao falante julgado e, conseqüentemente, acha-se melhor como indivíduo. Nesse sentido, podemos compreender a língua como uma entidade que nitidamente exerce uma relação de poder, de modo que falar dela, logicamente, coloca em destaque questões políticas, de uma forma ou de outra. Nesse contexto, surge o preconceito linguístico, em que as pessoas cobram uma relação normativa entre língua e gramática, confusão criada entre língua falada e gramática normativa (BAGNO, 2015).

Anjos (2016) lembra que o professor de língua materna precisa ter plena consciência e conhecimento da realidade social e linguística multifacetada brasileira, evitando-se perpetuar um ensino tradicionalista que tenta esconder os fatos linguísticos que são consequência de nossa formação linguística e que, na maioria das vezes, são reduzidos à categoria de erro. A observação do português brasileiro nos leva às normas linguísticas. Conceitos de norma que, para Anjos (2016), ainda estão atrelados à visão dicotômica – *langue* e *parole*. Nos termos de Faraco (2008), a norma-padrão é um construto sócio-histórico que serve para estimular um processo de uniformização da língua. Já a norma culta envolve as formas efetivamente usadas na fala de “segmentos sociais escolarizados” (ANJOS, 2016, p. 186).

Essa cobrança em torno da uniformização também tem acontecido no espaço digital, que é um local da manifestação representativa do espaço social, em que o poder socialmente criado se faz por meio da linguagem e também está presente mídia. E por meio dessa rede de conexão digital, a linguagem midiática pode fazer com que um usuário e espectador faça o que ela (mídia) quer, e não desconsiderando as influências, pode fazer com que o público usuário pense o que ela quer que pense. Isso é uma relação de poder, efetivamente, e a mídia tem sido utilizada como ferramenta para manutenção desse poder linguístico.

A mídia como influenciadora social

Foucault (1987) trata da formação de um mundo de vários olhares sobre o controle do corpo e a busca por disciplina. O panóptico, de acordo com o autor, é um jogo de olhares que funciona como um dispositivo de controle, que induzam e causem efeitos de poder pela coerção social, visível sobre aqueles que se aplicam (FOUCAULT, 1987). No entanto, levando em conta a nova realidade cultural que vem se formando com a globalização, a modernidade tecnológica e a difusão da linguagem midiática pelas redes de informações e interações virtuais, o panóptico foucaultiano – sobretudo a sua interpretação de que poucos vigiam muitos – é substituído por uma nova interpretação relacionada à Era de Internet. Por isso, Mathiesen cria o termo “sinóptico”, cujo princípio é entendido ao contrário do panóptico foucaultiano, em que “poucos vigiam muitos”, e passa a ser o de “muitos vigiam poucos” (MATHIESEN apud PINHEIRO, 2014, p. 141).

O resultado dessa transformação tem intensificado a relação social em escala mundial, decorrente do advento da internet. A influência do espaço digital e das redes sociais ampliou seu alcance e atinge muitos aspectos e instâncias de nossas vidas, desde os mais íntimos aspectos da experiência privada às instâncias de convívio e domínio público (THOMPSON, 2004). Os espaços de interação oferecidos pelas plataformas de compartilhamento social transformaram a tecnologia da Web 1.0 (somente leitura) para um ambiente aperfeiçoado pelas tecnologias da Web 2.0 (leitura/gravação/postagem). O desenvolvimento “desses espaços colaborativos foi criado para os usuários participarem ativamente produzindo conteúdo” (CASTELLS, 2003, p. 31), encorajando-os a expressarem suas ideias, suas opiniões sobre vários assuntos, sobretudo como ferramenta de participação cultural.

Nesse sentido, temos a plataforma do YouTube como objeto de análise e – mais especificamente – os vídeos da *playlist* (lista de reprodução) “Não seja burro”, do Canal da Marcela Tavares. Sabe-se que YouTube é uma palavra da língua inglesa, onde *you*: significa “você”, e *tube*: significa “tubo”. Ou seja, essa designação é uma gíria utilizada para remeter à televisão. Mas como a plataforma tem sido atualizada para acompanhar as novas tendências da cultura popular, atualmente o slogan do site é “*broadcast yourself*”, ou seja, é o mesmo que “transmita-se”, demonstrando que, com as mudanças adotadas pela plataforma, ela deixou de ser unicamente um local de armazenamento de dados, do ponto de vista da audiência, e se tornou uma ferramenta de expressão pessoal e cultura participativa.

É uma plataforma que fornece acesso à cultura ou uma plataforma que permite aos seus consumidores atuar como produtores? Essa amplitude é a fonte da diversidade e alcance do YouTube, assim como a causa de muitos choques entre o controle *top-down* e a emergência *bottom-up* que produz sua política (BURGESS; GREEN, 2009, p. 32).

A plataforma do *YouTube*, de acordo com esses autores, representa uma quebra na tradição midiática televisiva, tornando-se uma mídia alternativa com novos modelos de negócio e com novas ferramentas de interação que reconfiguram a relação entre a mídia alternativa de entretenimento e a mídia televisiva comercial e de massas.

Com o efeito dessa onda midiática, o *YouTube* “deu vozes” a muitos criadores de conteúdo. De acordo com Hinerasky, os youtubers “tornaram-se formadores de opinião fundamentais no mercado, mesmo sem experiência profissional em função do alcance e audiência desses blogs” (HINERASKY, 2012, p. 18).

A autora também completa sua afirmação observando que esses youtubers não apenas introduziram novas formas de entretenimento, mas também criaram novas maneiras de consumir as informações, influenciando estilos sociais, formas de comportamento e, inclusive, a própria noção do senso moral sobre o que é certo e errado, por isso são “formadores de preferência de grupos sociais significativos” (HINERASKY, 2012, p. 51). Isto é, direcionam seu conteúdo ao público alvo de sua preferência e incorporam seus valores pessoais nos vídeos e difundem como modelo a ser seguido. São as formas como “as desigualdades sistêmicas e estruturais em torno de raça, classe, gênero, política, etc., estão se reproduzindo no ambiente digital,

essas lutas precisam ser entendidas como parte das lutas por justiça social” (JENKINS, 2016, p. 217).

Preconceito linguístico e os mitos em torno do “certo e errado”

Como expoente sobre o debate acadêmico a respeito do preconceito linguístico, Marco Bagno, em seu livro *Preconceito Linguístico* (2015), apresenta como se constituiu a mitologia sobre a os parâmetros sociais vistos como “certo ou errado” a respeito da língua portuguesa, em que são elencados oito mitos que revelam o comportamento preconceituoso de certos segmentos letrados da sociedade frente às diferenças e variabilidade linguística sobre o uso do idioma, as relações desse comportamento com a manutenção do poder das elites e a opressão das classes sociais menos favorecidas, normalmente por meio da padronização imposta pela norma culta gramatical. A esse respeito, interessa-nos a discussão de alguns desses mitos⁵, citados em Bagno (2015), pois os relacionaremos no momento de nossa análise⁶.

Entre os mitos, destaca-se o primeiro que, conforme Bagno (2015), refere-se à língua portuguesa falada no Brasil e como essa língua apresenta uma unidade diferenciada. Para o autor e para o nosso entendimento também, a replicação desse mito se torna prejudicial à educação da língua portuguesa por muitas vezes não se reconhecer que o português falado no Brasil é composto por uma variedade linguística diversificada de acordo com fatores regionais e culturais. Quando esses preceitos são desconsiderados, a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse de fato comum a todos os brasileiros, de forma que a gramática se institui como padrão linguístico em todo o território nacional.

A Língua Portuguesa, de acordo com Bagno (2015), deve ser vista como realmente é: com ampla diversidade e, dada a amplitude territorial do Brasil, com

⁵ Os oito mitos são assim intitulados, na obra *Preconceito linguístico*: 1) Mito nº 1: “O Português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente”; Mito nº2: “Brasileiro não sabe português/Só em Portugal se fala bem português”; Mito nº3: “Português é muito difícil”; Mito nº4: “As pessoas sem instrução falam tudo errado”; Mito nº5: “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”; Mito nº6: “O certo é falar assim porque se escreve assim”; Mito nº7: “É preciso saber gramática para falar e escrever bem” e, Mito nº8: “O domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social”.

⁶ Cabe lembrar que, em outras obras, o autor comenta as acusações fundamentadas em senso comum acerca do erro que, se analisadas com uma visão científica, podem ser vistas como fenômeno de transformação social da língua (BAGNO, 2007; 2009).

possíveis modificações em cada região, conforme sua manifestação cultural. Isso nos leva a apresentação do mito número dois, colocado por Bagno: “Brasileiro não sabe português/ Só em Portugal se fala bem português”. Para o autor, o mito demonstra uma noção de inferioridade, sentimentos de dependência de um país mais antigo e “civilizado”. Conforme o autor, apesar de a língua predominante entre esses dois países ser a portuguesa, não quer dizer que devemos entendê-la como homogênea, pois a idade, a formação escolar-acadêmica, a situação socioeconômica e outros fatores resultarão na fala de um indivíduo que é consequência desse emaranhado de indicadores.

Nessa mesma esteira, com o mito 6: “O certo é falar assim porque se escreve assim”, o autor explica o fenômeno da variação. Destarte, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como as pessoas não utilizam a língua de modo idêntico em situações diversas. Ocorre, nesse sentido, uma supervalorização da língua escrita que, se combinada com o desprezo da língua falada, caracteriza o preconceito. Assim, o mito 6 se perpetua com o auxílio do sistema de ensino, pois é através dele que o aluno é obrigado a ler como se escreve, não levando em consideração o ambiente/contexto do falante.

Entretanto, para se entender a heterogeneidade linguística, há a necessidade de reconhecer que não só a modalidade oral, isto é, a fala (que ganha atenção exclusiva dos sociolinguistas) possui a característica heterogênea, mas também a escrita, sobretudo no estágio das comunicações por via eletrônica, cujos limites entre fala e escrita são diluídos em um evento híbrido de manifestação verbal (BAGNO, 2017).

Ainda nesse raciocínio, Antunes (2003) explica que a gramática é o reflexo da diversidade geográfica e social da língua. Considerando que não existe uma língua uniforme e homogênea, com um único padrão de funcionamento, pois a diversidade sociolinguística criada pela variação geográfica, dentro de um mesmo idioma, faz com que a fala, a pronúncia e a língua variem naturalmente. “Sempre foi assim e sempre será. Admitir este princípio é o mesmo que admitir uma gramática variável, flexível, adaptada e adequada às circunstâncias concretas em que a linguística acontece” (ANTUNES, 2003, p. 90), podendo ser entendida como um processo da linguagem em que “as regras podem deixar de ser ‘as únicas regras certas’, para incorporar outras opções de se dizer o mesmo. Um dos grandes mitos que se criou foi o de

admitir uma única forma "certa" de dizer uma coisa, de exprimir uma ideia." (ANTUNES, 2003, p. 90). E se compreendendo a crítica da autora, percebemos que a gramática não deve ser entendida com regra incondicionalmente rígida e que se distancia da realidade linguística verbalizada. Se a gramática, via de regra, for tratada como parâmetro da língua, caímos no mito da invariabilidade das línguas e apenas reforçamos o imaginário social que produz maneiras "corretas" da língua falada, desprezando o que, "de fato, é uma língua e qual o lugar da gramática na constituição dessa língua" (ANTUNES, 2003, p. 92).

O mito oito "O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social" relaciona-se ao primeiro, pois ambos discutem questões sociais. Conforme Bagno (2015), é preciso garantir a todos os brasileiros o reconhecimento da variação linguística. Embora o mero domínio da norma culta não resolva todos os problemas de uma pessoa carente, "falar da língua é falar de política" e se não for analisado desta forma, contribuiremos para a manutenção do círculo vicioso do preconceito linguístico e do "irmão-gêmeo" dele o da "injustiça social" (BAGNO, 2015, p. 108).

Esse mito está relacionado a uma discussão sobre ensino de língua materna no Brasil que, segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 200), trata-se de uma dependência em "métodos declarativos e explícitos, em que se privilegia a metalinguagem gramatical e se espera que o aluno, de posse dessa metalinguagem, adquira proficiência em estilos monitorados nas modalidades escrita e oral". Cabe destacar que a gramática pode ser entendida como normativa quando se refere à escrita formal da língua, mas a forma social como a língua se manifesta é variável de acordo com o local e suas características culturais que precisam ser levadas em consideração, o que nos leva à norma culta. A presença de uma intensa desigualdade entre as classes sociais em nosso país explica a existência de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não padrão do português brasileiro e os falantes da suposta variedade culta, que é a língua ensinada na escola (FARACO, 2002).

Parte desse imaginário se desenvolve com as desigualdades entre as regiões do território brasileiro e a desigualdade de classes sociais, representando o reforço desses mitos linguísticos apresentados por Bagno (2015). O crescente processo de urbanização das várias regiões do Brasil é discutido por Bortoni-Ricardo (2004). Para a autora, do lado oposto dessa urbanização, situam-se os falares rurais mais isolados ou afastados dos grandes centros metropolitanos. Os falantes urbanos que, ao longo

do processo de desenvolvimento social e histórico, foram sofrendo com a influência de codificação linguística específicas, tais como a definição do padrão considerado “correto”, tanto pela forma da escrita quanto a maneira de falar. A autora elenca uma reflexão sobre os falantes que vivem em regiões rurais, mais afastados dos grandes centros e que acabam ficando isolados, devido às dificuldades geográficas de acesso, e as comunidades urbanas acabam sofrendo mais com a influência das agências padronizadoras da língua.

Conforme Faraco (2015, p. 26), o fluxo do campo para a cidade tem causado dois efeitos sociolinguísticos: o da assimilação e da introdução, isso porque ocorre

a assimilação progressiva dos modelos linguísticos tradicionalmente urbanos, por parte da população migrante e seus descendentes; e introdução na fala das camadas médias e altas de estruturas criadas por mudanças ocorridas nos estratos populacionais mais baixos da pirâmide socioeconômica.

A exemplo dessa padronização, temos a imprensa, a mídia televisiva, as obras literárias e, principalmente, a escola como mecanismos. Cabe também considerar a influência que a internet e a cultura digital exercem através dos formadores de opinião, como os *youtubers*, os *bloggers*, os *facebookers*, entre outros; delineando as grandes diferenças entre essas duas variedades do português. É sobre esse aspecto que trataremos nas próximas linhas.

O canal “Não seja burro” como potencial para circulação do preconceito linguístico

No seu canal do *YouTube*, Marcela Tavares produz uma série de vídeos direcionados para quem gosta de língua portuguesa, possuindo visualização aberta a todos os públicos. Dos mais variados vídeos que são produzidos, a Língua Portuguesa é a discussão central nas suas tramas, já que a autora se propõe a analisar alguns aspectos em comum no uso da língua portuguesa, considerando as principais dificuldades encontradas pelos falantes e, principalmente, chamando atenção do espectador de uma forma que “pareça” descontraída, divertida e atraente sobre “as maneiras corretas do uso e aplicação da língua portuguesa”. O problema se encontra

na forma como a youtuber conduz seus vídeos⁷, já que a proposta de falar de uma forma “correta” está baseada em uma visão de escrita e fala estritamente gramatical já que é fundamentada na norma culta, isto é, baseada em uma compreensão dicotômica de certo e errado, negligenciando que a língua em uso está em movimento e, por isso, trata-se de desvios da norma culta.

Nos seus vídeos, Marcela Tavares normalmente se veste com roupas do cotidiano e, na maioria deles, procurar chamar a atenção do espectador com adereços, ao mesmo tempo que tenta criar um ambiente de entretenimento, utilizando-se de uma linguagem repleta de gírias e expressões populares. Ao fundo dos seus vídeos, podemos visualizar um quadro branco que é utilizado para ilustrar o tema da discussão – o qual pode ser visto na figura (1), em que a *Youtuber* discute as relações de significado entre **agente** substantivo e **a gente** locução pronominal:

FIGURA 01 - *printscreen* do vídeo Não Seja burro!



Fonte: canal Marcela Tavares, no Youtube⁸.

Na imagem, vemos Marcela Tavares vestindo uma regata preta e com duas laranjas sobrepostas nos seios, procurando uma expressão “comunicativa” a respeito do tema proposto. Visivelmente, temos sobre o quadro branco (ao fundo) as palavras: “agente” e “a gente”, em que está ilustrado o que a atriz está transmitindo, fazendo a dissociação da palavra falada a suas formas ortográficas, explicando em quais situações cada uma das palavras é utilizada.

Na sequência de vídeos da lista intitulada “Não seja burro”, a *youtuber* Marcela Tavares os divulga em suas redes sociais, com grande popularidade entre os

⁷ Para melhor compreensão, sugerimos que o leitor assista ao vídeo “Não Seja Burro! - Marcela Tavares”, publicado em 11 de janeiro de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Uy_0zzOdgXo. Acesso em 04 de outubro de 2018.

⁸ Vídeo “Não Seja Burro! - Marcela Tavares”, publicado em 11 de janeiro de 2016. Print screen aos 1:22 minutos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Uy_0zzOdgXo. Acesso em: 04 de out. 2018.

internautas que utilizam a plataforma do *YouTube*, já que se propõe a “ensinar a falar e escrever corretamente”, dentre outras dicas de português que, na interpretação dela, contribuem para a boa comunicação, estritamente centrada na “forma correta de falar”, da qual podemos associar a concepção discriminativa na exigência de um purismo linguístico, como na descrição do vídeo de abertura da série “Não seja Burro”, expressa da seguinte maneira:

Trecho 1 - Aprenda a escrever/falar com a Tia (SQN) Marcela Tavares e seja uma pessoa mais feliz!⁹.

Os próprios títulos e as descrições dos vídeos sustentam a discriminação linguística, do qual podemos deduzir que toda a variedade linguística que foge ao padrão falado (ou proposto) pela Marcela, representa, de forma pejorativa, o que o título “não seja burro” sugere: a burrice, o desconhecimento e a falta de formação educacional, dos falantes, contribuindo para a circulação do mito seis, proposto por Bagno (2015): “O certo é falar assim porque se escreve assim”.

Até a data deste trabalho, o vídeo de abertura possuía cento e sessenta e três (163) mil *likes* (curtidas favoráveis) e cinco vírgula nove (5,9) mil *dislikes* (curtidas desfavoráveis), com mais de sete mil comentários, em que a maioria parabeniza e incentiva a publicação de mais vídeos com temáticas semelhantes.

FIGURA 02 - *printscreen* dos comentários do vídeo “Não Seja burro!”,



Fonte: Canal Marcela Tavares, no YouTube¹⁰

⁹ IDEM. Transcrição do vídeo.

¹⁰ Idem.

De acordo com a imagem acima, vemos alguns dos comentários do vídeo em que os internautas se manifestam com medo de escrever errado ou demonstrando simpatia pelo conteúdo do vídeo, indicando o interesse pelo que está sendo apresentado pelo canal da *youtuber*. Isso demonstra o desconhecimento da população espectadora a respeito da variação linguística, das “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 1986, p. 8).

O universo virtual e as redes sociais – onde esses vídeos normalmente são compartilhados e replicados pelo público-alvo – tem sido um propício espaço para a disseminação de preconceitos, já que Possenti (1996, p. 18) defende que “é uma violência ou injustiça, impor a um grupo social os valores de outro grupo”. A forma como os vídeos são abordados demonstra a tentativa de a *youtuber*, por meio do “humor”, ensinar a forma de ensino gramatical normativo, indicando os erros que comumente os falantes possuem, com o objetivo de satirizar e corrigi-los. Apesar da boa intenção em construir um aprendizado sobre a língua portuguesa escrita com o público, a intolerância e o preconceito linguístico acabam sendo manifestados na fala da humorista.

Segundo Leite (2008), o preconceito é caracterizado enquanto ideia, ou opinião, não necessariamente pública acerca de um determinado assunto. Já a intolerância seria o preconceito manifestado discursivamente. Ou seja, faz-se necessário ressaltar que, ainda segundo a autora, a intolerância obrigatoriamente implica um comportamento agressivo, enquanto o preconceito pode ser descrito como uma “discordância tácita” (LEITE, 2008, p. 20). Ou seja, de forma geral, podemos verificar que, no vídeo, a *youtuber* Marcela Tavares, recorre à gramática normativa como forma de se posicionar e fundamentar seu ponto de vista ético, sobre o que é certo ou errado se tratando da linguagem. O humor desenvolvido no vídeo, representado em diversos momentos por uma expressão corporal e entonação verbal no modo imperativo (de modo agressivo), e exemplos sem contextualização para mostrar e satirizar que o falante, quando utiliza termos que fogem às regras gramaticais, acaba afetando o que se defende pelo ponto de vista linguístico e ético.

Neste trecho, verificamos como se materializa o discurso preconceituoso, já que para a *youtuber* Tavares é errado o falante não ter conhecimento do fenômeno

linguístico que, normalmente, é utilizado e expressado pela modalidade oral, tornando-se necessários estudos sobre a variabilidade linguística.

Trecho 2 - [...] Não se diz ‘imbigo’, se diz umbigo. Um-bi-go! Isso aqui que a gente tem no rosto é o que?! Não é ‘sombrancelha’ é So-bran-ce-lha. Tira esse ‘M’ daí!¹¹(Reprodução do trecho do vídeo, aos 5’)

Nesse exemplo, o falante, na verdade, quando expressa a palavra **umbigo** de forma oral, facilmente pronuncia “imbigo”, como é característico de comunidades ou grupos que integram as classes menos favorecidas economicamente (JUNQUEIRA, 2012). Da mesma forma que ocorre com a palavra **sobrancelha**. Podemos destacar, no Atlas Linguístico do Paraná, que o termo *sobrancelha* de início era *pálpebra*, geralmente os antigos falavam “pupila do zólho” (AGUILERA, 1994), que pela proximidade linguística da palavra “sombra”, o /M/ é comumente inserido na palavra que, durante pronúncia, é ouvida “sombrancelha”.

Além disso, a *youtuber* revela a sua postura normativista e prescritiva ao usar de maneira imperativa o verbo *tirar* como tentativa de corrigir o falante (MARINHO, 2016). Essa postura é perceptível em vários momentos do vídeo, reiterando sua maneira de conceber os valores de correto ou errado da língua. Vejamos mais dois recortes que fizemos do mesmo vídeo:

Trecho 3- O verbo fazer quando exprime tempo é impessoal. Porém, contudo, entretanto, todavia, não ‘fazem dois dias’ o imbecil. Faz dois dias. FAZ! FAZ!¹²

Trecho 4- Para de falar o verbo com ‘no’ no final. Não é ‘fazeno’, não é ‘falano’, não é ‘cantano’. É fazen-DO! Falan-DO!¹³

No exemplo do Trecho (3), Marcela Tavares utiliza do vocativo “imbecil” para descrever os falantes que incorrem ao “erro” de colocar o verbo *fazer* no plural. **Fazer** é um verbo irregular, podendo ser conjugado em todos os tempos e modos verbais, bem como em todas as pessoas gramaticais. Contudo, quando se refere a tempo decorrido ou indica fenômeno atmosférico, o verbo fazer se apresenta como verbo impessoal, sem sujeito, devendo ser conjugado apenas na 3.^a pessoa do singular (TENUTA, et al, 2016). Podemos destacar o mito seis de Bagno, “o certo é falar assim

¹¹ “Não Seja Burro!”, op. cit. Tempo: 05 minutos e 03 segundos. Fonte:

https://www.youtube.com/watch?v=Uy_0zzOdgXo. Acesso em 5 de maio de 2020.

¹² Ibidem, tempo: 04 minutos e 22 segundos.

¹³ Ibidem, tempo: 05 minutos e 24 segundos.

porque se escreve assim”, e que, pelo fenômeno da variação, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico. A supervalorização da língua escrita, combinada com o desprezo da língua falada, é preconceito. Esse mito tem como maior colaborador o sistema de ensino, pois é através dele que o aluno é obrigado a ler como se escreve, não levando em consideração o ambiente em que o falante vive.

Já com o exemplo do trecho (4) em “fazeno”, a pessoa, o falante, não inventa uma nova palavra, nem fala de maneira “errada” (SILVA, 2015), mas sim, assimila as características do som do /n/ devido à sua proximidade com a consoante /d/ na mesma sílaba. E quando a youtuber enfatiza a sílaba ‘do’ de maneira imperativa (agressiva) sobre a forma “correta” de ser pronunciada pelo falante, a humorista desconsidera e estigmatiza a capacidade intelectual e cognitiva do falante a respeito do uso da sua língua materna.

Nesse recorte do trecho (4), podemos fazer relação com o último mito colocado por Bagno (2015) que tem como título: “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. Esse mito, como o primeiro, é apresentado porque ambos tocam em sérias questões sociais. O autor fez uma crítica dizendo que se este mito fosse verdadeiro, os professores ocupariam o topo da pirâmide social, econômico e política do país. De acordo com ele, é preciso garantir a todos brasileiros o reconhecimento da variação linguística, porque o mero domínio da norma culta não é uma formação mágica que vai resolver todos os problemas de uma pessoa carente, de um dia para outro.

A maneira imperativa como Marcela Tavares aponta erros na fala, como se todas as pessoas, em todos os contextos, andassem com um “corretor na cabeça”, sendo policiadas com a maneira dita correta de pronunciar e se expressar, desconsidera que, em contextos informais, por exemplo, o usuário da língua, tem a liberdade de empregar a variedade linguística que quiser, seja na conversa familiar, seja nas gírias com os amigos, ou abreviando os caracteres para se comunicar nas redes sociais (no *twitter*, por exemplo). Portanto, quando a youtuber desqualifica essas pessoas por falarem do jeito que aprenderam e considerarem “errado”, é uma atitude intolerante e configura um preconceito linguístico em que não se admitem opiniões divergentes daquela utilizada por ela, quanto ao uso da língua (LEITE, 2008). Destaca-se aqui o mito 4, “As pessoas sem instrução falam tudo errado”. Nesses

termos, além de trazer um preconceito linguístico, vem acompanhado de um social, de que as pessoas de menor aquisição não sabem falar o português, não importa o quão letrado ele é, mas o fato de ser pobre vai fazer com que as pessoas olhem como se ele de nada soubesse.

Assim, é possível perceber que, através da plataforma do *YouTube*, a *youtuber* utiliza-se desse canal de comunicação para inculcar valores e opiniões nas pessoas que, dessa forma, acabam reproduzindo o preconceito linguístico e difundindo-o ainda mais na sociedade. A mídia digital e as redes sociais, com todo seu aparato tecnológico e midiático, podem influenciar a vida de muitas pessoas que utilizam ou entram em contato com suas plataformas virtuais. Acreditamos que se fossem adotados programas socioeducacionais que contribuíssem de forma útil em relação aos comportamentos linguísticos, oferecendo ao público o respeito a todas as variedades linguísticas – já que no caso da *youtuber* Marcela Tavares, há quase um milhão de seguidores das mais várias regiões do país (e fora dele) –, poderiam ser combatidos os diversos preconceitos inseridos em nossa sociedade, que naturalmente são aceitos e não são problematizados.

No entanto, percebe-se o contrário, ou seja, as redes sociais e toda a mídia de comunicação digital acabam sendo os principais agentes criadores e difusores de estigmas ou estereótipos linguísticos, baseando-se no critério de prestígio social, que trata de uma lógica de que não importa o que de fato a pessoa fala, mas quem ela é e qual posição social ela assume (JUNQUEIRA, 2012). De acordo com Irandé Antunes (2003, p. 95-96),

o uso, nunca aleatório, que as pessoas fazem delas [regras] é que determina sua validade ou não. Nem podemos decidir simplistamente sobre o que é de prestígio ou deixa de ser, mesmo tomando como referência a fala das pessoas consideradas escolarizadas e letradas; o que significa dizer que a questão da norma-padrão — ou da norma prestigiada — deve ser tratada com a maior cautela, sem os simplismos das percepções ingênuas, pouco consistentes e preconceituosas.

O que Antunes nos demonstra é que a variedade linguística não deve ser julgada pela forma como é apropriada e expressa pelo falante, pois sua formação sociolinguística influencia sua forma de manifestar a comunicação, não cabendo ao professor (ou educador, como na posição assumida pela *youtuber*) classificar e decidir se a pessoa está falando certo ou errado, já que os valores linguísticos estão

fundamentados na realidade contextual e individual de cada falante, e acaba reafirmando o que Scherre (2005, p. 42) defende, ao afirmar que “não se ensina língua portuguesa, porque não se pode ensinar o que já se sabe”. Isto é, todo e qualquer falante sabe o seu próprio idioma, mesmo que não fale de acordo com a norma padrão imposta pela gramática normativa.

Por isso, torna-se necessário estar, constantemente, discutindo essas questões da sociolinguística e a variedade da língua no âmbito acadêmico, uma vez que estudantes da linguagem, assim como alguns professores, têm que incentivar o combate ao preconceito linguístico e os estigmas da língua na sociedade, fazendo com que seus alunos e seus leitores sejam mais críticos e entendam que as barreiras linguísticas só existem no preconceito e que a variedade da língua é comum, natural e normal.

Considerações finais

A partir dos subsídios teóricos e a discussão sobre o vídeo popular da *youtuber* e humorista, Marcela Tavares, foi debatido como o preconceito linguístico se manifesta nos seus vídeos da *playlist* (lista de reprodução) “Não seja burro!”, especialmente o vídeo de abertura do Canal. A intolerância contida no discurso da personagem criada por Marcela Tavares nos possibilita observar dois movimentos: sua abordagem temática dos conteúdos apresentados na tentativa de contribuir com a formação linguística do espectador, ao mesmo tempo em que observamos a tentativa de alcançar um discurso purista sobre a linguagem.

Tal postura, adotada pela personagem em seus vídeos, materializa um discurso que amplamente está difundido no senso comum, em função da coação social das classes mais abastadas que se julgam linguisticamente superiores às camadas populares menos favorecidas, simplesmente por dominar um maior letramento sobre a gramática normativa (BESSA, 2015, p. 50), pois, na maioria das vezes, escutamos “[...] principalmente da fala de um não especialista no assunto, é uma posição infundada e inconsistente sobre a língua, que não condiz, portanto, com o uso real que os falantes fazem dela para interagirem na vida social”.

A conduta de Marcela em seu vídeo colabora com participação significativa de um reforço midiático que é reproduzido nas redes sociais, em que a gramática

prescritiva é utilizada como um elemento de segregação, separando o que pode ser certo ou errado, ao que se refere aos termos gramaticais, e, conseqüentemente, resultando em um preconceito linguístico em relação às pessoas que produzem os “erros”.

Observamos, ainda, que o discurso da comedianta e youtuber, Marcela Tavares, se utiliza desses estigmas sociais e usuais da língua, pelo senso comum, como forma de obter internautas e seguidores que não só se identifiquem, mas que achem interessante se colocar no papel de crítico sobre os “desvios” normalmente utilizados e falados no cotidiano dos falantes. Percebemos, principalmente pela recorrência dos mitos quatro e seis, na análise do vídeo, que falta de fundamentação teórica dos conhecimentos acerca da educação linguística faz da personagem criada por Marcela Tavares, durante seus vídeos, uma pessoa intolerante e preconceituosa, reforçando, a partir do desconhecimento da variedade linguística, as desigualdades sociais.

A forma agressiva, ao se utilizar de expressões no imperativo, em seus vídeos, demonstra seu desconhecimento ou negligência às compreensões científicas da linguística, especialmente à interpretação sociolinguística como base para explicação da variedade da língua no país. Quando o falante não se apropria do conhecimento da norma culta e/ou realizam inadequação das regras ortográficas, Marcela Tavares rotula-os de “burros”, desqualificando-os e estigmatizando-os como ignorantes, porque, na realidade, a norma-padrão pode ser socialmente mais prestigiada, mas não pode ser vista como a única norma “correta”. E “não se pode deixar de perceber que, do ponto de vista da expressividade e da comunicabilidade, as normas estigmatizadas também têm seu valor, são contextualmente funcionais, não são aleatórias nem significam falta de inteligência de quem as usa.” (ANTUNES, 2003, p. 99).

Faz-se circular entre as plataformas digitais das redes sociais um pensamento preconceituoso, mascarado de aprendizagem (como proposto na descrição dos seus vídeos), formando opiniões equivocadas, reproduzidas por um discurso intolerante e que menospreza os falantes por sua forma de se comunicar, ferindo a existência de milhares de brasileiros. É um discurso que, enquanto for aceito e legitimado pela sociedade brasileira, apenas contribuirá para a desigualdade social e para o surgimento de figuras, como Marcela Tavares, em busca de alcançar popularidade

através de *likes*, mesmo que isso signifique desprezar ou ridicularizar o outro, como forma de diminuir sua importância, reforçando os preconceitos sociais.

Longe de esgotar esse tema, podemos concluir este trabalho dizendo que o preconceito linguístico existe e, acompanhando o desenvolvimento das tecnologias de informação, esse preconceito se transforma e incorpora nessas novas ferramentas, servindo apenas para a manutenção de estigmas preconceituosos. Por isso, cabe à escola, referindo-se ao ensino da língua materna, como agente de transformação social, levar em conta que os sujeitos que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem devem ter a consciência de que qualquer língua comporta um grande número de variedades linguísticas, as quais devem ser respeitadas. Por isso, Travaglia (2003) traz uma consideração, reforçando que para desenvolver as competências comunicativas dos usuários de sua língua materna, é preciso abrir a escola à pluralidade dos discursos e os interdiscursos (a internet, por exemplo). Uma dimensão dessa pluralidade diz respeito às variedades linguísticas, sendo possível discutir os valores sociais atribuídos a cada variante, enfatizando ser uma construção social e que não basta compreender, mas é preciso combater esses valores atribuídos a uma única variante, já que ela vem acompanhada de cargas de preconceitos a todas as outras variantes linguísticas que fogem ao seu uso específico.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos. Gramática da língua portuguesa padrão: (des)continuidades? In: *Gramáticas Brasileiras com a palavra, os leitores*. Carlos Alberto Faraco, Francisco Eduardo Vieira (Orgs.). São Paulo: Parábola, 2016.
- ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: O que é, e como se faz*. 47. ed. São Paulo: Loyola, 2015.
- BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim! Em defesa do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2009.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso – Por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola editorial, 2017.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. Brasiliense, 2017.

- BESSA, José Cezinaldo Rocha. Intolerância contra o linguista no discurso do senso comum. *Linguística*, v. 31, n. 2, p. 47-60, 2015.
- BEZERRA, Benedito Gomes; PIMENTEL, Renato Lira. Normativismo linguístico em redes sociais digitais: uma análise da fanpage língua portuguesa no facebook. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 55, n. 3, p. 731-755, 2016.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* São Paulo: Parábola, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>, Acesso em 28 de junho de 2020.
- BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMARGO, Isadora; ESTEVANIM, Mayanna; SILVEIRA, Stefanie C. *Cultura participativa e convergente: o cenário que favorece o nascimento dos influenciadores digitais*. 17. ed. Casperlibero, p. 106-118, 2017.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DIAS, Juçá Fialho Vazzata. *A concordância de Número nos Predicativos e nos Participios Passivos na fala da região Sul: um estudo variacionista*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado, 1996.
- FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. Ana Maria Zilles, Carlos Alberto Faraco (orgs). São Paulo: Parábola, 2015. p. 19-30.
- FARACO, Carlos A. *Norma culta brasileira – desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- JENKINS, H. *Cultura da Convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2016.
- JUNQUEIRA, Maíra Éliidy Brito et al. O preconceito linguístico na mídia televisiva. In: *Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 2012.
- LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- PINHEIRO, Petrilson Alan. A era do “multissinóptico”: que (novos) letramentos estão em jogo? *Educação em Revista*. v. 30, n. 2, p. 137-160, Belo Horizonte, 2014.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.
- REIS, Paula Cristina; MACHADO, Dinamara Pereira; BARBOSA, SCDA. *A Sociolinguística e o Ensino da Língua Materna*. In: X Congresso Nacional de Educação. Curitiba. 2011.

- SILVA, José P. *O conceito de erro na sociolinguística*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/110.pdf>. Acesso em: 03 de jan. 2015.
- SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- TARALLO, F. Zelig: um camaleão linguista. *D.E.L.T.A*: 2,1, 1986. p. 127-144.
- TAVARES, Marcela. “Não seja burro” #5. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ZuT7QeePO78_ Acesso em: 02 de out. 2018.
- TENUTA, Adriana M. A.; CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, A. A.; COELHO, S. M.; MARINHO, J. H. S. R. C. *O verbo FAZER no Português do Brasil: da visão lexicalista a perspectivas cognitivo-funcionais*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.
- THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
-

Recebido em: 31/05/2020
Aceito em: 13/08/2020